



## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 951616 Natureza: Denúncia

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Itabira

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Cuidam os autos de Denúncia subscrita por José Geraldo Rodrigues, em face do Pregão Eletrônico PMI/SMA/SUCON n. 128/2014- Processo PMI/SMA/SUCON N. 325/2014, promovido pela Prefeitura Municipal de Itabira, para a "contratação de pessoa jurídica para terceirização de mão de obra para trabalhar na Secretaria Municipal de Educação, Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil de Itabira/MG.".

Consoante Acórdão prolatado na sessão de 2/4/2019 (f. 1443v/1444), a Primeira Câmara: I) julgou parcialmente procedente a denúncia; II) aplicou multa individual no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) aos Srs. Nilo Grisolia Rosa, pregoeiro, e Marcos Antônio Sampaio, secretário de administração, à época.

A decisão transitou em julgado em 13/9/2019, conforme certificado à f. 1463.

À vista do pagamento voluntário do débito pelo devedor Nilo Grisolia Rosa, foi emitida a Certidão de Quitação n. 022/2020 (f. 1478v).

Em face da ausência de recolhimento voluntário do débito pelo devedor Marcos Antônio Sampaio, foi emitida a Certidão de Débito n. 013/2020 (f. 1477/1477v), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, vieram a este Órgão Ministerial, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução por meio do ACOMPANHAMENTO CAMP 951616M1885 encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 10, I e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2020.

## Kátia Guimarães Barreto Barcellos

Coordenadora de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas <sup>1</sup> (Documento assinado digitalmente disponível no SGAP

CAMP 18 Página 1 de 1

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Portaria n. 08/2015, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 11/09/2015.